



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 403202311826209

Nome original: 0006528-56.2017.4.03.6201_favoritos(1).pdf

Data: 10/07/2023 11:36:18

Remetente:

SJMS

SJMS - Campo Grande - JEF - Seção de Apoio Administrativo

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Encaminha DEC-OF autos 0006528-56.2017.4.03.6201 para informar, no prazo de 10 (dez) dias, a subconta vinculada aos autos de interdição nº 0803689-79.2018.8.12.0001, para fins de transferência de valores devidos a ANA MARIA MEDEIROS.



10/07/2023

Número: **0006528-56.2017.4.03.6201**Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**Órgão julgador: **1ª Vara Gabinete JEF de Campo Grande**Última distribuição : **11/12/2017**Valor da causa: **R\$ 16.217,00**Assuntos: **Auxílio-Doença Previdenciário**Segredo de justiça? **NÃO**Justiça gratuita? **SIM**Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA MARIA MEDEIROS (AUTOR)		TOMIYO ZUMILKA GOMES ISHIYAMA (ADVOGADO)	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REU)			
Ministério Público Federal (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29363 6448	07/07/2023 16:09	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) Nº 0006528-56.2017.4.03.6201 / 1ª Vara Gabinete JEF de Campo Grande

AUTOR: ANA MARIA MEDEIROS

Advogado do(a) AUTOR: TOMIYO ZUMILKA GOMES ISHIYAMA - MS5256

REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO-OFÍCIO/2023/JEF2-SEJF

A parte autora juntou pedido de expedição de certidão de advogado constituído nos autos para fins de levantamento do precatório liberado. Juntou comprovante de recolhimento da taxa respectiva.

DECIDO.

O precatório expedido nestes autos encontra-se liberado para pagamento, com levantamento à ordem do juízo, tendo em vista tratar-se de beneficiária incapaz.

A autora ANA MARIA MEDEIROS - CPF: 398.868.591-72, encontra-se representada por sua curadora, HERONILDES LINO MEDEIROS - CPF: 929.436.751-72, nomeada nos autos de interdição n.º 0803689-79.2018.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara de Família e Sucessões (ID 161090803).

Os valores foram disponibilizados na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme consulta a requisitórios protocolizados, disponível no [link](https://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaReqPag/OficioRequisito) <https://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaReqPag/OficioRequisito>



Requisição de Pagamentos

Momento da consulta: quinta-feira, 6 de julho de 2023 às 16:35

Procedimento	PRC
Número	20210220396
Número - CNJ	02203963920214039900
Data protocolo TRF	13/09/2021 16:50:11
Situação do protocolo	REGISTRADA
Ofício Requisitório	20210007793R
Juízo de origem	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PREVIDENCIARIO DE CAMPO GRANDE MS
Processos originários	0006528-56.2017.4.03.6201
Requerido	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
Requerentes	ANA MARIA MEDEIROS
Advogado	TOMIYO ZUMILKA GOMES ISHIYAMA
Ano da proposta	2023
Data conta de liquidação	01/04/2021
Valor solicitado	R\$ 66.000,00
Valor inscrito na proposta	R\$ 74.450,14
Requisição bloqueada	NÃO
Situação da requisição	PAGO TOTAL - Informado ao Juízo
Banco	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Natureza	ALIMENTÍCIA

Indefiro o pedido de emissão de Procuração certificada, tendo em vista que se tratar de precatório expedido com levantamento à ordem do juízo em virtude de se tratar de beneficiária curatelada, cujo pedido de levantamento deverá ser pleiteado no juízo estadual.

No caso de se tratar de valor expressivo, considero prudente que a autorização dos valores seja pelo juízo de interdição.

Consoante disposto no Art. 1.774 do Código Civil, aplica-se à curatela às disposições concernentes à tutela. O Art. 1.753 do mesmo Código preceitua que os tutores não podem conservar em seu poder dinheiro dos tutelados, além do necessário para as despesas ordinárias com o seu sustento, a sua educação e a administração de



seus bens. Já, o Art. 1.754 do Código Civil, que dispõe sobre as hipóteses que autorizam o levantamento de bens dos tutelados, estabelece que os valores que existirem em estabelecimento bancário oficial, na forma do artigo antecedente, não se poderão retirar, senão mediante ordem do juiz, e somente:

I - para as despesas com o sustento e educação do tutelado, ou a administração de seus bens;

II- para se comprarem bens imóveis e títulos, obrigações ou letras, nas condições previstas no § 1.º do artigo antecedente;

III - para se empregarem em conformidade com o disposto por quem os houver doado, ou deixado;

IV - para se entregarem aos órfãos, quando emancipados, ou maiores, ou, mortos eles, aos seus herdeiros.

Seria o caso de determinar a(o) curador(a) da parte autora que comprovasse a necessidade de levantamento dos valores ora depositados em nome da parte autora.

Todavia, este Juízo não tem competência para tanto, já que questões relativas à tutela e curatela são de competência da Justiça Estadual.

No caso, trata-se de valor expressivo, razão pela qual entendo que o referido valor somente poderá ser movimentado por ordem do juízo cível competente.

Se informada a subconta vinculada aos autos de interdição, oficie-se à instituição bancária para proceder a transferência do valor devido à autora para subconta informada pelo juízo da interdição, para que o beneficiário pleiteie o levantamento no juízo da interdição, onde é devida a prestação de contas.

Dessa forma, **oficie-se à 6ª Vara de Família e Sucessões**, para informar, **no prazo de 10 (dez) dias**, a subconta vinculada aos



autos de interdição nº **0803689-79.2018.8.12.0001**, para fins de transferência de valores devidos a **ANA MARIA MEDEIROS - CPF: 398.868.591-72**.

Cumprida as diligências e juntadas as informações necessárias, oficie-se à instituição bancária determinando a transferência dos valores devidos à autora mediante transferência bancária à subconta informada.

Comprovado o levantamento dos valores, reputar-se-á satisfeita a obrigação, remetendo-se os autos ao arquivo.

Oportunamente, archive-se.

Cumpra-se. Intimem-se.

CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO OFÍCIO à 6ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.

Campo Grande/MS, data conforme registro da assinatura eletrônica no sistema.

